



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 7.610, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021

Regulamenta os dispositivos da Lei Municipal nº 1.385, de 27 de dezembro de 1977 (Código Tributário Municipal), dispondo sobre o Sistema de Gerenciamento do ISSQN, o novo modelo da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, Emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – via Point of sale, Emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica-NFS-e para Serviços de guarda e estacionamento via aplicativo de smartphone, Emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica-NFS-e para Instituições de Ensino, Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica – NFSA-e, emitida através de sistema informatizado disponibilizado ao contribuinte, Recibo Provisório de Serviço – RPS, emitido em meio eletrônico, Declaração Eletrônica de Serviços, Declaração Eletrônica do Responsável Tributário, Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras- DES-IF, Declaração Eletrônica de Serviços de Cartórios de Serviços Notariais e de Registro e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itaúna, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, inciso X, da Lei Orgânica, em conformidade com o disposto nos artigos 106, inciso II, e artigos 108 e 109, todos da Lei Municipal nº 4.175, de 16 de fevereiro de 2007, que “Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Itaúna e dá outras providências”, alterada pela Lei nº 5.676, de 9 de setembro de 2021, e considerando:

I - que o Poder Público, sempre que possível, deve adotar medidas tendentes à simplificação e modernização da ordem tributária;

II - a necessidade de implementação, pela Administração Fazendária de mecanismos de controle mais eficazes no combate à evasão fiscal;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Itaúna-MG, o Sistema de Gerenciamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, para controle e acompanhamento da arrecadação do tributo, com as seguintes funcionalidades:

I - Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, emitida através de sistema informatizado disponibilizado ao contribuinte;

II - Emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – via Point of sale

III - Emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica-NFS-e via aplicativo de smartphone

IV - Emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica-NFS-e para Instituições de Ensino

V - Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica – NFSA-e, emitida através de sistema informatizado disponibilizado ao contribuinte;

VI - Recibo Provisório de Serviço – RPS, emitido em meio eletrônico;

VII - Declaração Eletrônica de Serviços;

VIII - Declaração Eletrônica do Responsável Tributário.

IX - Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras- DES-IF



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

X - Declaração Eletrônica de Serviços de Cartórios de Serviços Notariais e de Registro.

CAPÍTULO I

Nota Fiscal De Serviços Eletrônica – NFS-e

Art. 2º Fica instituído, com fundamento no artigo 205, Lei Municipal nº 1.385, de 27 de dezembro de 1977 (Código Tributário Municipal), o novo modelo de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, para o registro das operações efetuadas que gerem obrigações tributárias aos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

§ 1º. A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e é o documento fiscal hábil para o registro das prestações de serviços no âmbito municipal, inviolável, sendo opcional, quando da emissão, a assinatura com certificado digital.

§ 2º. A partir do dia 01/11/2021, todos os prestadores de serviços inscritos na Secretaria Municipal de Finanças ficarão obrigados à emissão das Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços - NFS-e, conforme modelo do Anexo I.

§ 3º. Os novos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, cadastrados a partir da vigência do presente Decreto já estarão obrigados à utilização do modelo da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e ora normatizada.

Art. 3º O meio de acesso para o sistema de emissão de notas eletrônicas será através do endereço eletrônico <https://www,issnetonline.com.br/itauna>, com utilização de senha. Opcionalmente, o contribuinte poderá acessar o sistema através de certificado digital emitido por autoridade certificadora subordinada a ICP Brasil.

§ 1º. A senha do acesso inicial ao sistema será composta pelos 06 (seis) últimos dígitos do CPF do usuário. No primeiro acesso, ao contribuinte será solicitado a alterar para uma de uso pessoal.

§ 2º. O contribuinte obrigado à utilização da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, não poderá emitir outros modelos de documentos fiscais, sob pena de penalização por utilização de documentos sem autorização do fisco.

§ 3º. Para a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, é obrigatória a identificação do tomador de serviços quando este for pessoa jurídica, independentemente do imposto ter sido retido ou não.

§ 4º. Na emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, através do sistema disponibilizado pelo Município, o prestador do serviço, poderá imprimir o documento fiscal, em quantas vias entender necessárias ou enviar o arquivo gerado por e-mail ao tomador do serviço, que será automaticamente reconhecido como documento fiscal.

§ 5º. As operações efetuadas através da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica-NFS-e, estarão dispensadas de posterior apresentação das Declarações de Serviços.



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 4º O tomador do serviço ou qualquer interessado que receber Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, poderá certificar-se da validade da mesma através do endereço eletrônico <https://www.issnetonline.com.br/itauna>.

Art. 5º Para fins do disposto neste capítulo, fica aprovado novo modelo de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, conforme Anexo I, contendo as seguintes informações:

I - Brasão e dados do Município de Itaúna-MG;

II - Denominação NFS-e – Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;

III - Identificação da Nota Fiscal e RPS

a) CPF/CNPJ;

b) Natureza da Operação

c) Data e hora da emissão;

d) Código de verificação;

e) Número da nota;

f) Número RPS;

g) Série RPS;

h) Data de Emissão.

IV - Identificação do prestador de serviços, com:

a) CPF/CNPJ;

b) Inscrição Municipal;

c) Razão social;

d) Nome fantasia;

e) Endereço;

f) Telefone;

g) E-mail.

V - Identificação do tomador de serviços, com:

a) CPF/CNPJ;

b) Inscrição Municipal;

c) Razão social;

d) Nome fantasia;

e) Endereço;

f) Telefone;

g) E-mail.

VI – Discriminação dos serviços;

VII – Dados para apuração do ISSQN, com :

a) Identificação da atividade do Município;

b) Alíquota;

c) Identificação do item da Lei Complementar Federal nº. 116/2003;

d) Identificação do Código Nacional de Atividade Econômica – CNAE;

e) Valor Total dos Serviços;

f) Desconto Condicionado;

g) Desconto Incondicionado;



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

h) Dedução da base de cálculo, conforme disposição legal e dependendo do tipo da atividade prestacional exercida;

- i) Base de cálculo;
- j) Total do ISSQN;
- k) Indicação do ISS Retido;

VIII – Valores das retenções de impostos:

- a) PIS;
- b) COFINS;
- c) INSS;
- d) IRRF;
- e) CSLL;
- f) ISSQN Retido;
- g) Outras retenções;

IX – Valor líquido da nota;

X – Informações Adicionais ;

XXI – QR CODE de consulta da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e.

Art. 6º A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e poderá ser emitida através de integração entre o sistema informatizado de gestão comercial do contribuinte com o sistema do Município.

§ 1º. O modelo operacional e as especificações dos arquivos de integração seguirão as especificações estabelecidas no Manual de Integração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, definidas no âmbito do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, disponível no sítio eletrônico da Receita Federal do Brasil e no endereço eletrônico <https://www.issnetonline.com.br/itauna>.

§ 2º. Os serviços de integração disponibilizados pela rede mundial de computadores serão os seguintes:

- I** - Recepção e Processamento de Lote de RPS;
- II** - Consulta de Situação de Lote de RPS;
- III** - Consulta de NFS-e por RPS;
- IV** - Consulta de Lote de RPS;
- V** - Consulta de NFS-e;
- VI** - Cancelamento de NFS-e;

Art. 7º A solicitação para cancelamento automático da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e será efetuada pelo prestador do serviço no sistema de emissão de notas disponibilizado pelo Município em até 10 (dez) dias contados da data da sua emissão.



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º. Após o prazo mencionado no *caput*, é observado o limite máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão da nota fiscal, a solicitação de cancelamento só será efetivada após análise fiscal de forma eletrônica, via sistema.

§ 2º. Efetivado o recolhimento do imposto, a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e só poderá ser cancelada após análise fiscal de forma eletrônica, via sistema.

Art. 8º A solicitação para substituição da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e deverá ser efetuada pelo prestador do serviço no sistema de emissão de notas disponibilizado pelo Município, por meio da função de substituição, com a justificativa do pedido de substituição.

§ 1º. No caso da substituição da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, o prestador poderá alterar os dados relacionados ao valor do serviço, alíquota, campo descrição de serviço, entretanto, não poderá alterar o tomador do serviço.

§ 2º. A solicitação de substituição da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e poderá ser efetuada em até 10 (dez) dias, contados da sua emissão.

§ 3º. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e substituta trará a identificação que é uma nota substituta, o número da nota substituída e a justificativa da substituição, no campo "informações complementares".

§ 4º. Efetivado o recolhimento do imposto, a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e só poderá ser substituída após análise fiscal de forma eletrônica, via sistema.

Art. 9º Após a emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, constatando-se erro no preenchimento no campo "Descrição dos Serviços", o prestador do serviço poderá sanar o erro por meio de Carta de Correção Eletrônica - CC-e, através do sistema de emissão de notas disponibilizado pelo Município

Art. 10 O tomador de serviços será cientificado, eletronicamente, sempre que ocorrer o cancelamento, substituição ou emissão de Carta de Correção Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, por seu endereço eletrônico que deve constar, obrigatoriamente, na nota fiscal.

Art. 11 A emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e será vedada:

I – às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e

II – às empresas prestadoras de serviços de exploração de rodovias.

2



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

CAPÍTULO II

Emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – via Point of sale

Art. 12 A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e poderá ser emitida através de terminais de transação eletrônica denominada *POS (point of sale)* para os contribuintes que optarem por utilizar os referidos equipamentos e para as atividades e contribuintes obrigados a utilizar o referido equipamento, os quais serão definidos através de Instrução Normativa emitida Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 13 Os terminais de transação eletrônica denominada *POS (point of sale)* serão alocados nos estabelecimentos prestadores de serviços, os quais serão verificados e configurados, nos padrões do Sistema de emissão de Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços – NFS-e utilizado no Município de Itaúna e o *link* de emissão e envio da NFS-e através de ambiente seguro (HTTPS);

§ 1º. As informações inseridas no terminal POS, para emissão da respectiva Nota Fiscal Eletrônica de Serviços são de responsabilidade exclusiva do estabelecimento prestador emitente.

§ 2º. A inclusão dos dados de identificação do tomador de serviços pessoa física para a emissão da respectiva NFS-e através do terminal POS é facultativa.

§ 3º. No caso da impossibilidade de utilização do equipamento POS, por problemas técnicos, de manutenção ou substituição, o estabelecimento prestador deverá, no período em que estiver sem a máquina, emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e através do sistema de gestão do ISS disponibilizado no site municipal.

Art. 14 Deverão ser observadas todas as normas relativas à emissão de Notas Fiscais de Serviços eletrônicas e cumprimento de obrigações principais e acessórias vigentes no Município de Itaúna.

CAPÍTULO III

Emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica-NFS-e via aplicativo de smartphone

Art. 15 É facultado aos contribuintes obrigados à emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, optantes ou não pelo Simples Nacional, a utilização do aplicativo Nota Fácil, que estará disponível em loja virtual para sistemas operacionais *Android* e *IOS*, compatível com smartphone, cuja forma de acesso será por meio de *login* e senha própria.



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 16 Deverão ser observadas todas as normas relativas à emissão de Notas Fiscais de Serviços eletrônicas e cumprimento de obrigações principais e acessórias vigentes no Município de Itaúna.

Capítulo IV

Emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica-NFS-e para Instituições de Ensino

Art. 17 As Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas – NFS-e poderão ser emitidas de forma automática pelas Instituições de Ensino de Ensino com base nas informações dos alunos matriculados e valores das mensalidades, conforme funcionalidade do sistema de emissão de notas eletrônicas disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.issnetonline.com.br/itauna>.

Art. 18 Para utilizar esta funcionalidade, os contribuintes devem possuir a atividade principal relacionada ao grupo fiscal de Instituições de Ensino ou outra que venha a ser definida pelo Fisco.

Art. 19 A Secretaria Municipal de Finanças expedirá através de Instrução Normativa as instruções e regulamentos necessários à implementação do disposto neste capítulo.

CAPÍTULO V

Da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica

Art. 20 A Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica será utilizada para o registro das operações de prestação de serviços tributadas pelo ISSQN, das pessoas físicas ou jurídicas não estabelecidas no Município de Itaúna.

§ 1º. O tomador do serviço ou qualquer interessado que receber Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, deverá certificar a validade da mesma através do endereço eletrônico <https://www.issnetonline.com.br/itauna>

§ 2º. A solicitação da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica deverá ser efetuada via formulário próprio no endereço eletrônico <https://www.issnetonline.com.br/itauna>.

Art. 21 A Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica – NFS-e emitida estará disponível e poderá ser consultada publicamente no sistema no prazo de 05 (cinco) anos da data de sua emissão.

Art. 22 A Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica será fornecida com o preenchimento dos campos que identificam a operação de prestação de serviço, com destaque do ISSQN devido.



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 23 A disponibilização ou fornecimento da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica fica condicionada ao prévio recolhimento do ISSQN e compensação da guia referente ao serviço que constar na nota fiscal solicitada.

Parágrafo único. O Documento de Arrecadação Municipal (DAM) para o recolhimento do ISSQN previsto no caput será disponibilizada ou fornecida quando da solicitação da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica.

Art. 24 O ISSQN referente à Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica cancelada poderá ser aproveitado não necessitando de processo administrativo, quando da emissão de nova Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica caso o ISSQN da nova Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica seja igual ou maior que o ISSQN da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica cancelada.

Art. 25 Será emitido Documento de Arrecadação Municipal (DAM) pela Secretaria Municipal de Finanças, via sistema eletrônico, com a diferença do imposto, somente para o caso do ISSQN da nova Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, ser maior do que o ISSQN da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica cancelada.

Art. 26 Necessitará de processo administrativo para utilização ou devolução do crédito tributário contido no Documento de Arrecadação Municipal (DAM) referente à Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica cancelada, quando o ISSQN da nova Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, for menor do que a Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, cancelada ou o contribuinte não for emitir nova Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica.

Art. 27 No caso de utilização de Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica – NFS-e, o recolhimento do ISSQN devido pela prestação de serviço a que se refere à Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica – NFS-e, solicitada, é condição para disponibilização ou fornecimento da mesma.

Parágrafo único. A guia para o recolhimento do ISSQN previsto no caput será disponibilizado ou fornecido quando da solicitação da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica – NFS-e.

CAPÍTULO VI

Recibo Provisório de Serviço – RPS

Art. 28 No caso de impedimento da emissão em tempo real da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, o prestador de serviço solicitará Recibo Provisório de Serviço - RPS, em meio eletrônico.



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º. O Recibo Provisório de Serviço poderá ser emitido através de sistema próprio de gestão comercial do contribuinte que utilizar a integração para conversão do RPS em Nota Fiscal de Serviço Eletrônica.

§ 2º. Para controle da Administração Tributária, só serão válidos os RPS do sistema próprio de gestão comercial do contribuinte, que forem autorizados pela autoridade fiscal, sendo que o RPS já autorizado deverá ser numerado obrigatoriamente em ordem crescente, sequencial, a partir do número 1 (um).

§ 3º. O RPS – Recibo Provisório de Serviços emitido pelo sistema comercial do contribuinte, deverá conter o número de controle fornecido pela Secretaria Municipal de Finanças, como também todos os dados obrigatórios para emissão da NFS-e.

§ 4º. O modelo operacional e as especificações dos arquivos de integração seguirão as normas estabelecidas no manual de integração da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e definidas no âmbito do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, disponível no endereço eletrônico www1.receita.fazenda.gov.br.

§ 5º. Os serviços de integração disponibilizados pela rede mundial de computadores serão os seguintes:

- I - Recepção e Processamento de Lote de RPS.
- II - Consulta de Situação de RPS.
- III - Consulta de NFS-e por RPS.
- IV - Consulta de Lote de RPS.

Art. 29 Os arquivos eletrônicos dos RPS deverão ser convertidos em Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da emissão, a fim de ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e.

§ 1º. O prazo previsto no “caput” deste artigo inicia-se no dia seguinte ao da emissão do Recibo Provisório de Serviço - RPS, podendo ser postergado caso vença em dia não útil, transcorrido este prazo, o Recibo Provisório de Serviço - RPS perderá a validade.

§ 2º. A não transmissão dos Recibos Provisórios de Serviço - RPS para conversão em Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, ou a transmissão fora do prazo sujeitará o prestador de serviço às penalidades previstas na legislação em vigor.

§ 3º. A não substituição do Recibo Provisório de Serviço - RPS pela Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, será equiparada a não emissão de Notas Fiscais de Prestação de Serviços, sujeitará o contribuinte ao pagamento do imposto e à aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor, além das multas decorrentes do não recolhimento da obrigação



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

principal e da imputação do crime de sonegação fiscal conforme previsto na Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define os Crimes Contra a Ordem Tributária.

Art. 30 Para fins do disposto neste Capítulo, fica aprovado o modelo do Recibo Provisório de Serviço – RPS, conforme Anexo II, devendo ser emitido obrigatoriamente, com todos os dados necessários para a emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, sendo que os números sequenciais serão gerados eletronicamente pelo Sistema da Secretaria Municipal de Finanças aprovado por este Decreto.

Parágrafo único. Havendo indício ou fundada suspeita de que a emissão do Recibo Provisório de Serviço - RPS esteja impossibilitando a perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida ou do imposto devido, serão aplicadas as sanções previstas na legislação em vigor, sujeitando, ainda, o contribuinte à imputação do crime de sonegação fiscal conforme previsto na Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define os Crimes Contra a Ordem Tributária.

CAPÍTULO VII

Da Declaração Eletrônica De Serviços

Art. 31 O sujeito passivo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, inscrito na Secretaria Municipal de Finanças, fica obrigado a realizar a declaração eletrônica do movimento econômico relativo a todas as operações de prestação de serviços, nos termos do artigo 209, da Lei Municipal nº 1.385, de 27 de dezembro de 1977 (Código Tributário Municipal).

§ 1º. Os contribuintes que emitem Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e ficam dispensados de proceder à declaração, uma vez que a emissão do documento fiscal em meio eletrônico produz o mesmo efeito.

§ 2º. A autoridade fiscal, com anuência da chefia imediata, poderá dispensar da declaração eletrônica as pessoas a que se refere o “caput” deste artigo, individualmente, por atividade ou grupo de atividades, segundo critérios que estabeleçam a melhor forma de obter os dados.

Art. 32 A declaração eletrônica de serviços consiste no registro mensal das informações econômico-fiscais, decorrentes de serviços prestados ou tomados, por sistema de processamento eletrônico de dados, relativamente:

- I - às Notas Fiscais emitidas;
- II - às Notas Fiscais anuladas;
- III - às Notas Fiscais extraviadas;
- IV - às Notas Fiscais vencidas e não emitidas;



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

- V - aos Cupons Fiscais;
- VI - às Notas Fiscais, aos recibos e outros documentos referentes a serviços tomados;
- VII - aos valores do ISSQN referentes ao movimento econômico, e retido na condição de Substituto ou Responsável Tributário;
- VIII - à ausência de movimento econômico, quando for o caso;
- IX - à movimentação econômica para as empresas que executam as atividades de intermediação financeira, administração de cartões de crédito, administração de consórcio e educação; e
- X - aos dados cadastrais.

§ 1º. A declaração eletrônica deverá ser realizada mensalmente, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente à prestação dos serviços, através do endereço eletrônico <https://www.issnetonline.com.br/itauna>.

§ 2º. A veracidade dos dados declarados é de inteira responsabilidade do sujeito passivo, ficando as informações sujeitas à homologação fiscal.

Art. 33 O vencimento do ISSQN ocorrerá no dia 20 (vinte) do mês subsequente à prestação dos serviços, através da Guia de Recolhimento de ISSQN, emitida pelo sistema disponibilizado pelo Município.

§ 1º. Não se aplica o disposto no *caput*:

I - aos responsáveis tributários quando o prestador de serviços deixar de efetuar a substituição de RPS por Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, devendo proceder ao recolhimento por meio de Guia de Recolhimento convencional - DAM;

II - aos órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município, que recolherem o ISS retido na fonte por meio dos sistemas orçamentário e financeiro dos governos federal, estadual e municipal;

III - às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo tratamento diferenciado instituído pela Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, quando recolher o ISSQN no DAS - Documento de Arrecadação do Simples Nacional.

IV - aos MEI - Microempreendedor Individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, optante pelo tratamento diferenciado, nos termos do artigo 18-A, da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações instituídas pela Lei Complementar Federal nº. 128, de 19 de dezembro de 2008.



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º. As pessoas jurídicas descritas no inciso III do parágrafo anterior deverão declarar, através do sistema de NFS-e, o numero do DAS – Documento de Arrecadação do Simples Nacional e suas respectivas NFSe, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da emissão do DAS.

Art. 34 Não será emitida guia de pagamento com valor inferior a R\$ 10,00 (dez reais).

§ 1º. O débito de ISSQN relativo a determinado mês de competência, gerado em decorrência da regra prevista no *caput* deste artigo, será acumulado no saldo do(s) mês(es) subsequente(s), sem ônus adicional para o sujeito passivo, até que alcançado o valor mínimo de R\$ 10,00 (dez reais).

§ 2º. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica ao pagamento de ISSQN decorrente de Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica – NFSA-e.

Art. 35 É facultado ao contribuinte a compensação total ou parcial das quantias recolhidas indevidamente aos cofres municipais em pagamentos de tributos ou multas da mesma espécie.

Parágrafo único. Quando ocorrer pagamento “a maior” do Imposto de Serviços de Qualquer Natureza, esse poderá ser compensado mediante requerimento do interessado, de acordo com as seguintes condições:

I - a compensação será realizada diretamente com o imposto a pagar na escrituração do mês após deferimento do pedido;

II - o valor a ser compensado não poderá ultrapassar a 75% (setenta e cinco por cento) do imposto a pagar no mês; e

III - Havendo saldo remanescente a compensar, a operação poderá prosseguir nos meses subsequentes, até que seja completada a compensação, observado o limite do inciso II.

CAPÍTULO VIII

Da Declaração Eletrônica do Responsável Tributário

Art. 36 São responsáveis tributários pela retenção e pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, nos termos do artigo § 2º e 3º, do artigo 194, da Lei Municipal nº 1.385, de 27 de dezembro de 1977 (Código Tributário Municipal), as pessoas jurídicas de direito público ou privado, que contratarem ou utilizarem serviços de empresas cadastradas ou não no Município de Itaúna-MG e dentre essas tiverem atividades elencadas na Tabela V – Tabela para Cobrança do ISSQN, da Lei Municipal nº 1.385, de 27 de dezembro de 1977 (Código Tributário Municipal).



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º. O valor do imposto a ser retido pelo responsável tributário, do prestador de serviço, será calculado com a aplicação das alíquotas previstas na Tabela V – Tabela para Cobrança do ISSQN, da Lei Municipal nº 1.385, de 27 de dezembro de 1977 (Código Tributário Municipal), incidentes sobre o preço do serviço – salvo nos casos de prestadores de serviços optantes pelo Simples Nacional, em que a alíquota deverá ser calculada em conformidade com a legislação própria.

§ 2º. A retenção deverá ocorrer no ato da prestação do serviço, fazendo-se o recolhimento aos cofres da Fazenda Pública Municipal, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente à prestação dos serviços através de guia de recolhimento emitido pelo sistema informatizado do Município.

§ 3º. O responsável tributário, a que se refere este artigo, fornecerá ao prestador de serviços o recibo de retenção na fonte do valor do imposto.

§ 4º. O responsável tributário deverá efetuar a retenção do ISSQN incidente sobre os serviços por ele contratados, conforme determina a legislação tributária.

Art. 37 Os tomadores e intermediários de serviços deverão realizar através do sistema, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente à prestação dos serviços, a declaração eletrônica dos serviços contratados, nos termos do artigo 209, da Lei Municipal nº 1.385, de 27 de dezembro de 1977 (Código Tributário Municipal).

Parágrafo único. A autoridade fiscal, com anuência da chefia imediata, poderá dispensar da declaração eletrônica as pessoas a que se refere o *caput* deste artigo, individualmente, por atividade ou grupo de atividades, segundo critérios que estabeleçam a melhor forma de obter os dados.

Art. 38 A responsabilidade prevista neste Decreto é imputada a todas as pessoas físicas e jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou por isenção tributária.

CAPÍTULO IX

Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras- DES-IF

Art. 39 Fica instituída a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras - DES-IF, documento fiscal digital destinado a registrar as operações e a apuração do ISSQN devido pelas instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

2



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º. Os prestadores de serviços de que trata este artigo ficam obrigados ao cumprimento da obrigação acessória nele prevista, que consiste em:

- I - Geração da DES-IF na periodicidade prevista;
- II - Entrega da DES-IF ao fisco na forma e prazo estabelecido;
- III - Guarda da DES-IF pelo prazo estabelecido.

§ 2º. A geração e a transmissão da DES-IF, sua validação e certificação digital, serão feitas por meio de sistemas informatizados, disponibilizados aos contribuintes para a importação de dados que a compõem das bases de dados da Instituição Financeira e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

§ 3º. A validade jurídica da DES-IF é assegurada pela certificação e assinatura digital no padrão da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil, garantindo segurança, não repúdio e integridade das informações declaradas ao fisco.

§ 4º. A DES-IF é um documento fiscal exclusivamente digital, constituído dos seguintes módulos:

I - Módulo de Apuração Mensal do ISSQN: deverá ser gerado mensalmente e entregue ao fisco até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao de competência, dos dados declarados, contendo:

- a) o conjunto de informações que demonstram a apuração da receita tributável por subtítulo contábil;
- b) o conjunto de informações que demonstram a apuração do ISSQN mensal;
- c) a informação, se for o caso, de ausência de movimento, por dependência ou por instituição.

II - Módulo Demonstrativo Contábil: deverá ser entregue anualmente ao fisco até o dia 20 de julho do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados, contendo:

- a) os Balancetes Analíticos Mensais;
- b) o Demonstrativo de rateio de resultados internos.

III - Módulo de Informações Comuns aos Municípios: deverá ser entregue anualmente ao fisco até o dia 10 de fevereiro do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados, contendo:

- a) o Plano geral de contas comentado – PGCC;
- b) a Tabela de tarifas de serviços da instituição;
- c) a Tabela de identificação de serviços de remuneração variável;

IV - Módulo Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis: deverá ser gerado anualmente até o dia 20 do mês de julho do ano seguinte ao de competência dos dados declarados e entregue ao fisco, mediante solicitação, em até 15 (quinze) dias, contendo as informações das partidas dos lançamentos contábeis.



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

CAPÍTULO X

Declaração Eletrônica de Serviços de Cartórios de Serviços Notariais e de Registro

Art 40 Fica regulamentada a Declaração de Serviços Eletrônica para Cartórios de Serviços Notariais e de Registro, para registro, apuração, cálculo e emissão do respectivo documento de arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, devido pelos prestadores dos serviços de registros públicos, cartorários e notariais, no âmbito do Município de Itaúna.

Art. 41 A Declaração de Serviços Eletrônica para Cartórios de Serviços Notariais e de Registro deverá ser apresentada mensalmente pelos referidos contribuintes, exclusivamente por meio do sistema eletrônico acessível no endereço eletrônico <https://www.issnetonline.com.br/itauna>, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao serviço prestado, sem prejuízo do cumprimento de outros prazos e demais obrigações tributárias estabelecidas na legislação fiscal, quando houver.

Art. 42 A base de cálculo considerada para apuração do imposto devido, será a receita bruta mensal, resultante da soma dos emolumentos e demais receitas relacionadas aos serviços de registros e de atos notariais, inclusive cópias, plastificações, encadernações, entre outros.

§ 1º. Incorporam-se à base de cálculo do Imposto de que trata o caput deste artigo, no mês do seu recebimento, os valores recebidos pela compensação de atos gratuitos ou de complementação de receita mínima da serventia.

§ 2º. Não se integram à base de cálculo os valores recebidos por conta de terceiros, que sejam a estes integralmente repassados, como os destinados ao Poder Judiciário, Estado e Associações.

§ 3º. A receita bruta mensal dos respectivos cartórios, para fins de mensuração da base de cálculo do ISSQN devido ao Município, terá por base as informações prestadas ao Tribunal de Justiça e à Receita Federal do Brasil, sem prejuízo de análise de outras declarações e documentos exigidos por legislação específica.

Art. 43 A Declaração de Serviços Eletrônica para Cartórios de Serviços Notariais e de Registro deverá ser entregue mesmo quando o declarante não apresente movimento no período ou esteja inativo.

Art. 44 O não envio da Declaração de Serviços Eletrônica para Cartórios de Serviços Notariais e de Registro nos prazos definidos, bem como o seu preenchimento incompleto, acarretará a aplicação das multas previstas no Código Tributário Municipal.



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 45 O vencimento do ISSQN ocorrerá no dia 20 (vinte) do mês subsequente à prestação dos serviços, através da Guia de Recolhimento de ISSQN, emitida pelo sistema disponibilizado pelo Município.

Art. 46 Os contribuintes prestadores dos serviços de registros públicos, cartorários e notariais, ficam desobrigados à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônicas.

CAPÍTULO XI Disposições Gerais

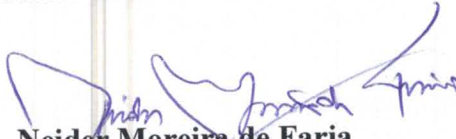
Art. 47 O livro fiscal poderá ser emitido de modo online a qualquer momento através do sistema do Município de Itaúna-MG.

Art. 47 As infrações resultantes do não cumprimento das disposições deste Decreto, quando apuradas através de procedimento administrativo, serão punidas com a aplicação das multas definidas na legislação municipal.

Art. 48 Fica autorizado o Secretário Municipal de Finanças emitir normas complementares a este Decreto.



Art. 49 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as disposições do Decreto nº 6.177, de 28 de julho de 2015.

Itaúna-MG, 29 de outubro de 2021.


Neider Moreira de Faria
Prefeito do Município de Itaúna


Valter Gonçalves do Amaral
Secretário Municipal de Finanças

ANEXO I do Decreto nº 7.610 de 29 de Outubro de 2021
Modelo de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e

 Prefeitura Municipal de Itaúna - MG Secretaria Municipal de Fazenda Fone: (37) 3249-9500 - https://www.itauna.mg.gov.br		NFS-e	Série do Documento Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e
			
Identificação da Nota Fiscal Eletrônica			
Natureza da Operação	Data de Competência da NFS-e	Data de Emissão da NFS-e	Código de Verificação de Autenticidade
Número do RPS	Série do RPS	Data de Emissão do RPS	
			Número da Nota Fiscal
Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: https://www.itauna.mg.gov.br			
Dados do Tomador de Serviços			
CNPJ/CPF	Inscrição Municipal	Razão Social	
Endereço	Número	Complemento	Bairro
CEP	Cidade / UF	Telefone	e-mail
Local dos Serviços			
Descrição dos Serviços			
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN			
Atividade do Município		Alíquota	Item da LC116/2003
		Cód. Nacional Atividade Econômica	
Valor Total dos Serviços	Desconto Incondicionado	Deduções Base Cálculo	Base de Cálculo
		Total do ISSQN	ISSQN Retido
		Desconto Condicionado	
Retenções de Impostos			
PIS	COFINS	INSS	IRRF
		CSLL	Outras Retenções
		ISSQN	
Valor Líquido da Nota Fiscal			
Informações Complementares			

Prefeitura Municipal de Itaúna - <https://www.itauna.mg.gov.br>